

O PAÍS

A maior fraude do Bolsa Família

Mais de mil servidores municipais de Teresina recebiam benefício irregularmente

Efrém Ribeiro

TERESINA

O Ministério Público Federal descobriu a maior fraude já revelada até hoje no programa Bolsa Família, do governo federal: 1.107 funcionários da Prefeitura de Teresina, capital do Piauí, estavam recebendo os benefícios do Bolsa Família há dois anos. Apesar de receberem salários entre R\$ 360 a R\$ 800, eles também recebiam irregularmente de R\$ 50 a R\$ 95 mensais transferidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social. O benefício só pode ser pago a famílias carentes, com renda mensal de até R\$ 100.

A Procuradoria da República no Piauí abriu inquérito civil público para apurar irregularidades na concessão de benefícios. O prefeito de Teresina, Sílvio Mendes (PSDB), disse que o pagamento do Bolsa Família aos servidores públicos municipais foi suspenso para averiguação e eles irão responder sindicância e inquérito administrativo, podendo ser demitidos por prática de fraude para desvio de recursos públicos.

Famílias tinham dois cadastros

Só foi possível detectar a fraude depois que o Ministério do Desenvolvimento Social e de Segurança Alimentar repassou para as prefeituras a lista e os dados pessoais dos beneficiados pelo Bolsa Família. Em Teresina, foi feito um cruzamento do cadastro do governo federal com a folha de pagamento dos servidores públicos municipais.

O Bolsa Família é entregue hoje a 62 mil famílias de Teresina, que recebem, ao todo, R\$ 6 milhões por mês. A auditoria constatou que 4.600 famílias estavam recebendo irregularmente o dinheiro do programa em Teresina, depois da constatação de duplicidade de cadastro, do código do endereço residencial e de divisão de famílias. Isso permitia que uma família se cadastrasse duas vezes, dividindo os integrantes para receber duas vezes a bolsa.

A secretária municipal de Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Umbelina Carvalho, disse que recebeu denúncias de que servidores públicos do governo do Estado do Piauí também estão recebendo ilegalmente dinheiro do Bolsa Família e vai solicitar à secretária estadual de Administração, Regina Sousa, a relação de funcionários para cruzar as informações com os nomes dos beneficiados com o programa de transferência de renda.

Umbelina Carvalho afirmou que os servidores estão lotados na Fundação Municipal de Saúde, na Secretaria Municipal de Trabalho, Cidadania e Assistência Social e de outras repartições. Ela disse que também foram beneficiados irregularmente com o Bolsa Família auxiliares-administrativos do Fundef (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), agentes comunitários de saúde, vigilantes, motoristas, merendeiras e auxiliares de serviço. Eles são acusados de falsificar declarações de solicitação e cadastro no Bolsa Família.

Servidores mentiam sobre atividade

Nos cadastros do Bolsa Escola, os servidores públicos municipais declaravam que eram pintores, empregadas domésticas e donas de casas e não mencionavam que eram funcionários da prefeitura. A prefeitura está investigando a participação de servidores públicos municipais responsável pelos cadastros dos beneficiados com o Bolsa Família nas fraudes.

O procurador da República no Piauí, Wellington Bonfim, disse que foi instaurado inquérito civil público para acompanhar os Conselhos Municipais de Controle do Bolsa Família e sua composição. A Procuradoria da República também solicitou que as prefeituras municipais deem ampla divulgação da relação dos beneficiados pelo programa. ■

Programa é alvo de denúncias



EDNA DA SILVA mostra o título de eleitor que precisou apresentar para conseguir benefício no Norte do Rio

Principal programa de assistência social do governo Lula, o Bolsa Família tem sido criticado por falhas na fiscalização que permitem irregularidades no uso de seus recursos. Em dezembro, o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, determinou o bloqueio do pagamento de benefícios sob suspeita de irregularidades nos municípios pernambucanos de Bom Jardim e Barreiros. Em novembro, o coordenador do Bolsa Família no município de Boquim (SE), Genivaldo Mendonça de Jesus, de 35 anos, foi preso sob suspeita de fraudar o programa do governo federal.

Em três cidades de Pernambuco, as irregularidades no Bolsa Família já foram oficialmente comprovadas. O Ministério Público instaurou inquéritos em duas delas, Barreiros e Bom Jardim. Em Barreiros, a 110 quilômetros da capital, 90 pessoas recebem irregularmente a ajuda do governo. Pequenos empresários, mulheres de militares e até servidores públicos o benefício que deveria ser entregue apenas aos que vivem

abaixo da linha de pobreza. A professora Ana Nery Silva Souto Santos teve acesso sem dificuldade ao Bolsa Escola para duas filhas.

A promotora Sílvia Câmara requisitou às prefeituras de Bom Jardim e Orobó a revisão do cadastro das cerca de dez mil pessoas inscritas no programa. Em Bom Jardim, a 110 quilômetros de Recife, a promotora está concluindo um inquérito no qual já encontrou 14 pessoas que não teriam direito à ajuda do governo, mas foram incluídas na lista pela prefeitura.

Sílvia, que em Orobó também recebeu denúncias de moradores inscritos sem necessidade e alguns até à revelia, diz que o programa necessita de mecanismos eficientes de fiscalização.

Em outubro, reportagem do "Fantástico", da Rede Globo, mostrou que em três cidades — Pedreiras (MA), Cáceres (MT) e Piraquara (PR) — pessoas que moram em casas de alvenaria, com carro na garagem, e também parentes de prefeitos, recebiam benefícios de R\$ 50 a R\$ 95. No dia 17 de setembro, a duas semanas da eleição, a



ANA NERY recebia duas bolsas para suas filhas

Prefeitura de São Francisco de Itabapoana, no Norte do Rio, cadastrou milhares de eleitores carentes para receber o Bolsa Família em um Ciep com cartazes de um candidato a prefeito.

Em dezembro, dona Ione Pereira Machado, dona de casa de Maringá, no Paraná, recebeu uma carta de agradecimento do presidente Lula por ter devolvido os R\$ 50 do Bolsa Família, já que seu marido, Anquilino Machado, conseguiu um emprego de vigia noturno.

Em Pernambuco, funciona o Diskbolsa, que recebe em média três denúncias por mês. No estado há 475 mil inscritos, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.

A cidade de Bom Jardim ficou famosa em dezembro, quando o técnico em informática Marcelo Elg Ferreira Jensen descobriu que foi involuntariamente cadastrado no Bolsa Família pela prefeitura e denunciou publicamente o caso, que levou à cidade o ministro Patrus Ananias. No cadastro, a data de nascimento e o endereço de Jensen eram fictícios.



MARCELO JENSEN denunciou fraudes no Bolsa Família em Bom Jardim



DONA IONE MACHADO, ao lado do marido Anquilino, devolveu o benefício

Ministério bloqueia benefícios irregulares

Governo federal pede que prefeitos de outras cidades façam cruzamento de cadastros

BRASÍLIA, PORTO ALEGRE e TERESINA. O Ministério do Desenvolvimento Social divulgou uma nota oficial informando que vai bloquear o pagamento dos benefícios do Bolsa Família pagos a 1.107 funcionários da Prefeitura de Teresina, que estariam recebendo indevidamente a ajuda do governo federal. A nota não diz se vai fazer o cruzamento do cadastro com os funcionários de outras prefeituras para ver se há o mesmo esquema de fraudes descoberto em Teresina. Limita-se a pedir que os prefeitos prestem mais atenção na distribuição do Bolsa Família.

O Ministério do Desenvolvimento Social vai enviar à prefeitura municipal ofício pedindo esclarecimentos sobre a fraude no cadastro dos servidores apontados como beneficiários irregulares do programa e ainda a lista completa dos beneficiados, para que o pagamento possa ser suspenso pela Caixa Econômica Federal (CEF).

O prefeito de Teresina, Sílvio Mendes, informou que foi a prefeitura quem repassou a relação dos servidores ao Ministério Público, para



SÍLVIO E Umbelina: servidores recebem Bolsa Família no lugar de pessoas pobres

permitir o cruzamento. Segundo ele, a Procuradoria da República no Piauí abriu inquérito civil público para apurar irregularidades na concessão de benefícios irregulares do programa de transferência de renda. A secretária municipal de Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Umbelina Carvalho, disse que os servido-

res públicos estavam recebendo irregularmente, porque não estão em situação de extrema pobreza.

— Servidores públicos que recebem o benefício do Bolsa Família impedem que famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza tenham direito ao programa e possam viver melhor — dis-

se Umbelina Carvalho, adiantando que 79 mil dos 700 mil habitantes de Teresina estão enquadrados nos critérios estabelecidos para receber o dinheiro do governo federal.

Segundo o ministério, pelo novo sistema de fiscalização do Bolsa Família no país, a Procuradoria Geral do Município e o Ministério Público Federal já começaram a investigar o caso e repassarão as informações ao governo federal. O ministério sugeriu que as prefeituras "verifiquem a validade do cadastro com frequência". Em Porto Alegre, onde participava de debate no Fórum Social Mundial, o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, disse que "forças políticas e econômicas estão contra os programas de distribuição de renda do governo".

O ministro deu a declaração durante um debate sobre renda mínima, sem fazer referência ao caso de Teresina.

O ministro fez a crítica minutos depois de outro participante do debate, a pesquisadora Maria Ozanira Silva e Silva, ter citado as falhas no cadastramento do Bolsa Família. ■

Michel Filho/21-9-2004

Rosane Marinho/17-12-2004

Rosane Marinho/20-12-2004

Diário de Maringá/21-12-2004

Jornal O Dia